

## **Comunicação Pública e Políticas Públicas: as percepções da população LGBT de Porto Alegre/RS sobre duas políticas públicas do município<sup>1 2</sup>**

Sérgio Gabriel Fajardo da Silva Neto<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Cristine Kaufmann<sup>4</sup>  
Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS.

### **Resumo**

Neste estudo, busco ampliar o lugar de fala das pessoas LGBTs, objetivando analisar as percepções da população LGBT de Porto Alegre/RS sobre o Art. 150 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Municipal de nº 14.962. Nas teorias, abordo conceitos de comunicação pública, movimento de luta LGBT, políticas públicas e específicas para a população LGBT. Metodologicamente, realizei entrevistas com oito pessoas LGBTs residentes no município e com o coordenador da Diversidade Sexual e Gênero de Porto Alegre/RS. Inspirei-me na Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para análise das entrevistas. Constatei, através do estudo, que as premissas da comunicação pública não são consideradas na elaboração e execução das políticas públicas e que a população LGBT de Porto Alegre/RS não se sente representada por elas, seja por não as conhecerem ou por não se reconhecerem nelas.

**Palavras chave:** Comunicação Pública; Políticas Públicas; Políticas Públicas para população LGBT; Coordenadoria Municipal da Diversidade Sexual e Gênero de Porto Alegre/RS.

### **Considerações introdutórias**

Neste estudo<sup>5</sup>, busco analisar as percepções da população LGBT<sup>6</sup> sobre duas políticas públicas específicas para essa população do município de Porto Alegre/RS: o Art. 150 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Municipal de nº 14.962<sup>7</sup>. As políticas públicas foram

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT 4) Relações Públicas, política e sociedade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES).

<sup>3</sup> Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Feevale (2018). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> Relações-Públicas. Doutora e Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Relações Públicas da Universidade Feevale.

<sup>5</sup> O estudo é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Públicas, defendido na Universidade Feevale em junho de 2018. Como homem gay, decidi narrar o estudo em primeira pessoa, como forma de demarcar as subjetividades que atravessam este trabalho, inclusive, como “público-alvo” das políticas públicas aqui apresentadas. A inspiração para este posicionamento veio a partir da leitura do artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e os privilégios da perspectiva parcial”, escrito por Donna Haraway, em 1995.

<sup>6</sup> A sigla LGBT, conforme Facchini, é “uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (FACCHINI, 2011, s/p). Optei pelo uso desta escrita da sigla em razão de ser a nomenclatura presente na Cartilha LGBT do Estado do Rio Grande do Sul, onde estão disponíveis as políticas públicas acionadas para o estudo.

<sup>7</sup> Importa destacar que a Prefeitura de Porto Alegre/RS não disponibiliza um documento público específico com políticas públicas para população LGBT do município. As políticas públicas recortadas para este estudo estão presentes, atualmente, na Cartilha LGBT do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um documento informativo, elaborado pela Assembléia Legislativa do Estado, onde são aglutinadas políticas para população LGBT do Governo Federal, do Governo Estadual e da Prefeitura de Porto Alegre/RS. Está disponível para acesso pelo link:

localizadas através de pesquisas em sites na Internet, o que despertou meu anseio em saber, considerando os princípios da comunicação pública e da cidadania participativa, se a população LGBT do município possuía conhecimento sobre elas. De acordo com o Art. 150, as empresas, públicas e privadas, portadoras de alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, que praticarem atos discriminatórios em questão da orientação sexual e identidade de gênero, após a realização de denúncias e o recebimento de notificações, poderão ser penalizadas com a perda do alvará.

Já o Decreto Municipal de nº 14.962, institui a criação do Grupo de Trabalho sobre a Livre Orientação Sexual (GTLOS) - ação municipal pioneira no Brasil, que deve ser composto pelas autarquias da Prefeitura e, entre outras questões, deve trabalhar na criação de um banco de dados sobre a população LGBT do município, para instrumentalização de políticas públicas. Para realização do estudo, entrevistei nove pessoas: duas mulheres lésbicas, dois homens gays, uma mulher e um homem bissexuais, um homem transexual gay e uma mulher transexual. Também realizei entrevista com o coordenador da Diversidade Sexual e Gênero da Prefeitura de Porto Alegre/RS, que estava em exercício em 2018, a fim de compreender melhor a execução das políticas públicas. Considero relevante destacar que as políticas públicas específicas para a população LGBT são avanços recentes no Brasil e, ainda que possuam poucos recursos e estímulos, são importantes para o processo de erradicação das desigualdades que sofremos em decorrência das nossas orientações sexuais e identidades de gênero.

De acordo com dados apresentados no relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>8</sup>, o Brasil desponta como o país com mais mortes de pessoas LGBT: mata-se muito mais LGBTs aqui do que em países do Oriente Médio e da África, onde há pena de morte para essa população. Em 2018, quando o estudo foi realizado, o GGB apontou que houveram 420 mortes de LGBTs no Brasil, sendo 320 homicídios e 100 suicídios. Entre essas vítimas está Marielle Franco, mulher negra, lésbica, militante dos direitos humanos e vereadora pelo Rio de Janeiro, morta a tiros, no dia 14 de março, junto com seu motorista Anderson Gomes. Em

---

<[http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ccdh/Cartilha%20Direitos%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBT.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Cartilha%20Direitos%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBT.pdf)>. Acesso em: setembro de 2017 e julho de 2020.

<sup>8</sup> O relatório aponta que foram mortas 445 pessoas LGBTs no Brasil no ano de 2017, vítimas de homotransfobia – foram 387 assassinatos e 58 suicídios. Durante todos os 40 anos em que o grupo realiza este estudo, nunca houve um número tão alarmante, onde apontou-se que a cada 19 horas morreu de forma violenta um LGBT em 2017 e, atualmente, a cada 26 horas morre um novo sujeito que faz parte desse universo. Ele é sistematizado sobre as notícias de pessoas que foram mortas de forma violenta ou se suicidaram em decorrência das discriminações das suas orientações sexuais e identidades de gênero. Apesar destes números serem alarmantes, eles não representam todo o número de LGBTs que morrem no Brasil, visto que em muitos casos os crimes não são denunciados nem noticiados. Infelizmente, acredita-se que morrem mais pessoas LGBTs do que o número que é apontado nos relatórios.

2019<sup>9</sup>, foram mortas no Brasil 329 pessoas LGBT, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Nesse cenário, a possibilidade de uma pessoa transexual ser morta por crime violento é maior em comparação aos sujeitos correspondentes às outras letras da sigla. Mesmo com a criminalização da homofobia<sup>10</sup>, houve em 2020, no primeiro quadrimestre, um aumento de 48% no número de assassinatos de pessoas transexuais em comparação aos mesmos períodos nos anos anteriores. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais<sup>11</sup>, esse aumento expressivo vem contrariando as estimativas de que o índice diminuiria, como aconteceu com outras parcelas da população no contexto do isolamento social provocado pela Pandemia Mundial de Covid-19.

Essa conjuntura evidencia a importância da comunicação pública para construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as pessoas possam se expressar nas suas mais diversas formas de ser e existir. Ela se configura como potência para a ampliação do debate público e na disseminação de informações de qualidade, além de possibilitar a criação de espaços de diálogo entre sociedade, governos e Estado, imprescindíveis para manter viva a nossa democracia. Sob essa perspectiva, como homem gay, morador da zona norte e região periférica da cidade, considero importante para os estudos em comunicação pública que a pesquisa seja, também, um espaço para dar voz a sujeitos que, sob diferentes adjetivos e retóricas discursivas, são desqualificados e marginalizados no debate público, tendo seus lugares de fala minimizados e homogeneizados, inclusive, na elaboração de políticas públicas a eles destinadas, como será possível perceber neste estudo. Djamila Ribeiro, filósofa brasileira, afirma que todos temos um lugar de fala, pois nossas falas partem de um lugar social, conceituando-o como ponto de onde as pessoas “partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum” (RIBEIRO, 2019, p. 35). Posto isto, estruturei o estudo em quatro seções, incluindo esta seção introdutória. A segunda seção da conta das reflexões conceituais que acionei para compor o seguinte quadro teórico: comunicação pública, políticas públicas, movimento de luta LGBT e políticas públicas específicas para população LGBT. Na terceira seção, descrevo a metodologia utilizada e a

---

<sup>9</sup> Em comparação com os anos antecessores, houve uma feliz diminuição de 26% em face de 2017 e 22% comparando com 2018.

<sup>10</sup> Em 2019, o Brasil se tornou o 43º país a criminalizar práticas homofóbicas e transfóbicas, com penas que variam de três até cinco anos, dependendo do crime. Por oito votos a três, o Supremo Tribunal Federal do Brasil considerou que estes atos discriminatórios e violentos se configuram como crime de Racismo (Lei 7.716/1989), posição que valerá até que o Congresso Nacional crie uma lei específica. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: julho de 2020.

<sup>11</sup> Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>>. Acesso em: julho de 2020.

análise das percepções das pessoas entrevistadas. Por fim, na quarta seção exponho as reflexões finais do estudo.

### **Viver é resistir: breves reflexões sobre Comunicação Pública e Políticas Públicas para a população LGBT**

De acordo com Duarte (2007), o conceito de comunicação pública surge na década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização do Brasil. O término da ditadura militar no país, através da pressão popular pelo direito de participar e opinar sobre o cenário político, é a base para o surgimento da comunicação pública como meio de consolidar a democracia e a cidadania participativa (DUARTE 2012). As reflexões teóricas sobre a noção de comunicação pública são diversas, inclusive, divergindo em alguns pontos. Contudo, de acordo com Brandão (2012, p.10), o ponto de intersecção se dá no “respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, governo e sociedade com o objetivo de informar para construir a cidadania”. Assim, é a partir das novas vivências democráticas e das práticas da cidadania, onde é essencial o acesso à informações e abertura de espaços de diálogo, que a comunicação pública vem sendo problematizada no Brasil (BRANDÃO 2012). Para a autora,

[...] a própria noção de cidadania começa a ser entendida de forma menos passiva, como foi característica da nossa sociedade, e mais participativa, apreendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação (BRANDÃO, 2012, p. 10).

Destarte, a autora reforça que a comunicação é um ator político proeminente e parte constituinte da formação de um novo espaço público (BRANDÃO, 2012). Logo, é com base nas premissas da cidadania, da democracia e da participação popular que a comunicação pública deve ser problematizada e executada, a fim de formar cidadãos e cidadãs capazes de contribuir ativamente para a transformação da sociedade. Ao refletir sobre o processo de comunicação entre “governo-cidadão”, com ênfase na prática da governança<sup>12</sup>, ou seja, nas práticas de gestão, Novelli (2006), com base em Kondo (2002), apresenta uma categorização composta por três fluxos comunicacionais: o primeiro é o fluxo de informação “[governo→cidadão]”, que é uma relação unilateral, na qual o governo emite informações para as cidadãs e cidadãos, que são visto como receptoras/es. Como exemplos, a autora cita o

---

<sup>12</sup> Novelli (2006) realiza no seu estudo uma discussão sobre as noções de governança e governabilidade, onde a governança refere-se aos “pré-requisitos institucionais para otimização do desempenho administrativo - instrumentos técnicos de gestão que assegurem a eficiência e a democratização de políticas públicas”. Já a noção de governabilidade, diz respeito “à capacidade do Estado de obter apoio e articular alianças entre vários grupos sociais com o objetivo de viabilizar a implementação de seu projeto de Estado” (NOVELLI, 2006, p. 81).

modelo de comunicação massiva, composta de mensagem publicitária e assessoria de imprensa, além da disponibilização de dados públicos. O segundo fluxo “[governo↔cidadão]”, diz respeito às consultas públicas. Trata-se de uma relação bilateral, em que o cidadão fornece opiniões sobre temas previamente definidos pelo governo. Como exemplos, a autora menciona as audiências públicas e as pesquisas de opinião. De acordo com Novelli (2006), nesse processo, o cidadão é convidado a expressar sua opinião sobre diversos temas públicos, onde são estabelecidos canais de *feedback*. Por fim, o terceiro fluxo “[governo↔cidadão]”, versa sobre a participação ativa das cidadãs e cidadãos na elaboração de políticas públicas. Como exemplo, a autora cita o orçamento participativo<sup>13</sup>, realizado em gestões municipais do Brasil, que vem demonstrando êxito através da “participação deliberativa sobre os investimento e fiscalização dos gastos públicos por parte da sociedade” (NOVELLI, 2006, p. 87).

A autora aponta que a opinião das cidadãs e cidadãos é um quesito fundamental que deve ser considerado durante a elaboração e definição de políticas públicas, ratificando que é preciso fortalecer as relações e estimular a participação, a fim de aumentar a confiança no governo, melhorar a qualidade da democracia e a capacidade cívica da população (NOVELLI, 2006). No que compete às políticas públicas, a autora aponta que “o modelo de participação ativa do cidadão pressupõe um processo de comunicação horizontal baseado na parceria e no estímulo ao engajamento da sociedade na formulação dessas políticas” (NOVELLI, 2006, p. 87). De acordo com Höfling (2011, p. 31), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado “quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”. Souza (2006) complementa versando que as políticas públicas são “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações” (SOUZA, 2006, p. 26). Logo, com base nas definições apresentadas pelas autoras, posso inferir que as políticas públicas são ações governamentais, elaboradas com o objetivo de solucionar problemas públicos, portanto, de interesse público. Essa configuração deve contemplar a participação ativa da população, desde a problematização até a execução dessas políticas, em especial, os grupos aos quais as políticas se destinam.

---

<sup>13</sup> Destaco aqui a importância do Orçamento Participativo (OP) para o município de Porto Alegre/RS, cidade pioneira e criadora, onde há mais de 30 anos a população participa do processo de decisão sobre onde serão investidos recursos públicos. O Orçamento Participativo vêm enfrentando truculentos embates na gestão do Prefeito Nelson Marchezan Junior, que, de diferentes formas, tenta afastar as cidadãs e cidadãos porto-alegrenses desse processo democrático de tomada de decisões. Ao completar o seu 30º aniversário, o OP ganhou um formato digital. Disponível em: <<https://opdigital.prefeitura.poa.br/>>. Acesso em: julho de 2020.

Antes de apresentar as políticas públicas específicas para a população LGBT, entendo ser necessário apresentar um breve histórico do movimento de luta LGBT, considerado ponto de partida para o debate público e implementação dessas políticas. Simões e Facchini (2009), ao explicar as siglas, termos e nomes relativos a essa população, afirmam que a sigla LGBT foi aprovada em 2008 na I Conferência Nacional GLBT<sup>14</sup>, ressaltando que “a presente denominação, como mostra sua trajetória recente, é aberta e sujeita a contestações, variações e mudanças” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 15). Em razão disso, pode haver inversão das letras na sigla, como também a inserção de letras novas, como é o caso da sigla LGBTI+<sup>15</sup>, bastante empregada atualmente. Sobre os fatores históricos que marcam os primeiros passos do movimento, Simões e Facchini (2009) citam o evento que aconteceu em 28 de junho de 1969, quando a polícia de Nova Iorque tentou interditar o bar Stonewall Inn, localizado na Christopher Street, região de boêmios e frequentada por homossexuais. A atitude da polícia gerou um enorme confronto com os frequentadores do local, “que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais” (SIMÕES; FACHINNI, 2009, p. 45). Atualmente, o episódio é conhecido como Revolta de Stonewall.

A autora e o autor sinalizam que “os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o Dia do Orgulho Gay e Lésbico” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 45). Já no cenário brasileiro, foi na segunda metade da década de 1970, com a abertura política que anunciava o fim do período ditatorial brasileiro, que emergiram as primeiras organizações efetivas do movimento no Brasil, que lutavam por direitos civis e universais, como é o caso do Grupo Somos de São Paulo (1978) e do Jornal O Lampião da Esquina (1978), que são “consagrados hoje como referências da primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 81-2). A autora e o autor dividem a trajetória do movimento LGBT no Brasil em três ondas: a “primeira onda” corresponde ao período final da ditadura militar e ao surgimento de grupos de organizações de homens e mulheres homossexuais, como é o caso do Grupo Somos. A “segunda onda” corresponde à redemocratização dos anos de 1980 e ao surto da epidemia do HIV-Aids - amplamente associado às práticas homossexuais -, onde começava a se desenhar a

---

<sup>14</sup> Sigla anteriormente usada para designar a população LGBT. Na conferência, a população lésbica solicitou maior visibilidade dentro do movimento, dado o fato de ele ser protagonizado, em sua grande maioria, pela população G - gays -, buscando, assim, desmistificar a dominação masculina presente no movimento (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

<sup>15</sup> Destaca-se que essas alterações e novas inserções [uso do algoritmo +] são importantes para que não haja invisibilidade dos sujeitos, sendo muitas vezes utilizada por ONGs que compõem o movimento de luta. A letra I refere-se a intersexo, que é “um termo utilizado para um grupo de variações congênitas de anatomia sexual ou reprodutiva que não se encaixam perfeitamente nas definições tradicionais de sexo masculino e sexo feminino”. Fonte: <https://orientando.org/o-que-e-intersexo/>. Acesso em: maio de 2018.



institucionalização do movimento de luta. Enfim, a “terceira onda” acontece em meados dos anos 1990 e segue até os dias atuais, baseada na tentativa de parceria do movimento de luta com Estado (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O diálogo entre poder público e movimentos sociais só começou a avançar de forma efetiva no Brasil em 2004, a partir das reivindicações cada vez mais consistentes dos movimentos, quando, então, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o Plano Brasil Sem Homofobia (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012). Apesar da nossa Constituição Federal ser conhecida popularmente como Constituição Cidadã, a autora e os autores afirmam que sempre houve resistência às questões referentes à população LGBT em nosso país: “sistematicamente, a humanidade dessas pessoas é questionada ou mesmo negada, a partir de crenças e tradições heteronormativas, naturalizantes e religiosas”, ferindo, assim, “os princípios de respeito à dignidade, de garantia da autonomia e de proteção da liberdade, que a princípio caracterizam as sociedades democráticas e os Estados laicos” (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 412). Assim, neste caminho de luta pela cidadania e direitos da população LGBT, o Plano Brasil Sem Homofobia possui destaque, pois além de ser o primeiro instrumento político de âmbito Federal, estimulou a confecção de políticas públicas em âmbitos Estaduais e Municipais (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012).

Ao refletir sobre as possibilidades de transformação deste cenário, atravessado por estereótipos e ideias pejorativas sobre estes sujeitos, a autora e os autores afirmam que “as políticas públicas exercem um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais” (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012. p. 417). Em suma, para que seja possível incorporar as diferentes demandas da população LGBT às iniciativas do Estado, é necessário que exista diálogo permanente com esses sujeitos, ampliando sua participação e protagonismo na elaboração das políticas públicas, ou seja, torna-se fundamental alcançar “a complexa relação entre governo e sociedade civil na negociação dessas políticas” (MELLO; FREITAS; PEDROSA; BRITO, 2012, p. 103), principalmente, ao considerarmos que, de modo geral, “o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (MELLO; BRITTO; MAROJA, 2012, p. 425).

### **Percursos metodológicos: um mergulho nas vozes da população LGBT**

Para atingir o objetivo proposto, realizei entrevistas presenciais, a partir de perguntas semiestruturadas. Após a leitura do Decreto Municipal de nº 14.962, que versa sobre a criação do GTLOS, realizei uma entrevista com o coordenador<sup>16</sup> da Coordenadoria da Diversidade

Sexual e Gênero<sup>17</sup> da Prefeitura de Porto Alegre/RS, para compreender melhor o formato do grupo de trabalho. Realizei, também, entrevistas<sup>18</sup> com duas mulheres lésbicas, com dois homens gays, duas pessoas bissexuais e com um homem e uma mulher transexuais, residentes do município. Esses contatos foram oportunizados por meio do meu estágio na ONG Somos<sup>19</sup> de Porto Alegre/RS, onde me aproximei de ativistas do movimento de luta LGBT, e através de contatos com antigas/os colegas e com pessoas indicadas por elas/es. As entrevistas ocorreram no mês de maio de 2018, sendo realizadas em diversos lugares: uma realizada na minha casa; uma na Universidade Feevale; uma na Associação Igualdade RS<sup>20</sup> e duas na ONG Somos; uma no Shopping Lindóia; e duas nas residências das pessoas. As entrevistas tiveram duração entre 10 a 45 minutos, foram gravadas através de um aplicativo de voz gratuito, contabilizando 03 horas e 50 minutos de áudio.

Na escolha dos interlocutores, busquei dar espaço para pessoas negras e/ou não-brancas: dentre as oito pessoas entrevistadas, conversei com um homem gay negro e jovem, uma mulher lésbica negra e jovem, uma mulher trans negra de 55 anos, além de um homem trans gay, que descende de indígenas da etnia Guarani. Destaco que a mulher trans entrevistada foi uma fala bastante significativa para esta pesquisa, devido a sua idade e história de vida, pois, conforme matéria de 2017 do Senado Notícias<sup>21</sup>, a estimativa de vida das travestis e transexuais no Brasil é de 35 anos, metade da média da população nacional, que é de 75 anos. A importância do recorte racial também se confirmou nas falas das pessoas, a exemplo do entrevistado jovem negro e gay: “[...] eu acredito que assim, toda, toda a

---

<sup>16</sup> As questões abordavam os seguintes assuntos: o relacionamento dos membros que compõem o GTLOS; principais secretarias do município envolvidas no trabalho do grupo; principais ações e suas pontualidades; repasses do governo para manutenção de ações; informações sobre o banco de dados específicos da população LGBT; áreas prioritárias que norteiam o trabalho do grupo; envolvimento com movimentos sociais e a sociedade civil; abertura desse espaço para a população LGBT de Porto Alegre/RS e sobre a razão do rebaixamento da Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual para uma Coordenadoria, que aconteceu em outubro de 2017, sob a gestão do atual Prefeito Nelson Marchezan Junior.

<sup>17</sup> Conforme o que versa o documento impresso que me foi entregue pelo coordenador durante a entrevista, é de responsabilidade da coordenadoria o papel de estimular e acompanhar diagnósticos sobre a população LGBT, de formular políticas de interesses específicos desse grupo, de propor e acompanhar programas ou serviços que destinem-se ao atendimentos de travestis e profissionais do sexo e o papel de colher dados dessa população para fins estatísticos.

<sup>18</sup> Nas questões elaboradas, busquei saber se essas pessoas já haviam recebido algum tipo de informação sobre as políticas públicas; se elas as consideravam importantes para suas vidas; se já haviam enfrentado situações de violências citadas no artigo e se realizaram algum tipo de denúncias; se, posterior ao conhecimento dessas políticas, se sentiam representadas por elas; se possuíam interesse em participar de grupos de diálogos com a prefeitura caso fossem convidadas; abertura de espaço para relatarem assuntos que não foram mencionados e que consideravam importantes para o diálogo sobre a população LGBT; e, por fim, um espaço para que se sentissem à vontade para versar sobre suas trajetórias como sujeitos que compõem a sigla LGBT, podendo relatar suas experiências de convívio familiar e social.

<sup>19</sup> Para conhecer as ações realizadas pela ONG Somos de Porto Alegre/RS, acesse os materiais disponíveis em seu site: <<http://somos.org.br/>>.

<sup>20</sup> Para saber mais sobre o trabalho realizado na Igualdade RS - Associação de Travesti e Transexuais do Rio Grande do Sul, acesse: <<https://www.facebook.com/Algualdade/>>.

<sup>21</sup> A matéria é assinada por Larissa Bortoni e foi publicada no site do Senado Federal no dia 20 de junho de 2017. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional#:~:text=A%20expectativa%20de%20vida%20das,%C3%A9%20de%2075%2C5%20anos>>. Acesso em: julho de 2020.



questão que for discutida sobre essa temática ou qualquer outra dentro de um país completamente racista, ela tem que ser discutida com recorte racial”. A mulher negra e trans disse que todas as pessoas transexuais sofrem preconceito, “levam a bagagem da sua vida”, mas que “uma trans negra, ela sofre bem mais o preconceito por ser negra”. Sua fala foi emocionante, levando-me às lágrimas quando afirmou que as pessoas travestis e transexuais tem “fome de viver”. Retomo os pensamentos da filósofa Djamila Ribeiro, quando sublinha que “falar de questões que foram historicamente tidas como inferiores, falar da mulher, população negra e LGBT, é romper com a ilusão de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2018, p. 78).

Para a interpretação das entrevistas, inspirei-me na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), criando categorias de análise, a partir das respostas das pessoas entrevistadas, que são: 1) Contextualização sobre o Grupo de Trabalho sobre a Livre Orientação Sexual – refere-se à entrevista com o coordenador do GTLOS; 2) Percepções da população LGBT sobre os processos de comunicação e informação da Prefeitura de Porto Alegre/RS a respeito das políticas públicas e, sobre a possibilidade de participação na elaboração de políticas públicas; e, 3) Percepções acerca da representatividade da população LGBT nas políticas públicas selecionadas – ambas se referem às entrevistas com as pessoas LGBTs.

Em relação à primeira categoria, aponto primeiramente que, para minha surpresa, o grupo de trabalho estava inativo em 2018<sup>22</sup>. Logo no início da conversa, o coordenador afirmou: “na verdade existe esse grupo de trabalho, esse GT, há anos, mas não existe a efetividade dele”. Dentre os motivos destacados pelo coordenador do grupo inexistente, está o fato de o grupo não ter gerado “trabalho efetivo”, apesar de ser composto 27 autarquias da Prefeitura. Como relatado por ele, há poucos documentos sobre as atividades do grupo nos governos antecessores: “na verdade não se tinha quórum em nenhuma reunião, só teve em uma ou duas”. O coordenador explicou que quando a Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual (SALOS) foi reduzida a uma coordenadoria, dentro da reestruturação que o governo Marchezan realizou na Prefeitura de Porto Alegre/RS, logo em seguida o grupo de trabalho foi desabilitado. Conforme dito por ele: “se criou um guarda-chuva com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte”, alegando que “tudo que era secretaria

---

<sup>22</sup> O grupo de trabalho criado em 2005 foi desabilitado em 2017, quando completaria 12 anos de existência. A desabilitação do grupo foi retratada numa matéria sobre o descaso da Prefeitura de Porto Alegre/RS com as políticas públicas para população LGBT, do jornalista Gabriel Galli, publicada no jornal O Sul, no dia 17 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/gabriel-galli/2017/10/descaso-com-politicas-lgbt-no-governo-marchezan-prefeitura-abandonou-grupo-de-trabalho-sobre-diversidade-sexual-e-de-genero/>>. Acesso em: outubro de 2017.

virou diretoria e está acoplada dentro desta secretaria, assim como nós”, fazendo referência a antiga Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual .

Ele afirmou que essa aglutinação das secretarias, atualmente dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, é “onde trabalhamos com políticas transversais, que se mostraram serem positivas”. Sobre o novo modelo de trabalho, apesar da redução da Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual e da desabilitação do GTLOS, o coordenador afirmou que isso “é o que vem dando resultado positivo para o município, porque Porto Alegre é a única capital do país que não houve nenhum homicídio trans ou homofóbico ano passado”. Destaco que não foi possível confirmar o fato mencionado pelo coordenador, sobre não haver mortes de LGBTs em Porto Alegre/RS no ano de 2017, pois não há dados municipais oficiais para consulta pública. É interessante, também, mencionar que, conforme consta no inciso VI do Art. 4º do Decreto Municipal de nº 14.962, seria responsabilidade do GTLOS gerar um banco de dados sobre a população LGBT de Porto Alegre/RS para instrumentalizar o poder público na formulação de políticas públicas específicas. Atualmente, o GTLOS continua desabilitado e nos resta aguardar o trabalho que será desenvolvido/retomado, ou não, pela próxima gestão municipal.

No que diz respeito à segunda categoria - percepções da população LGBT sobre os processos de comunicação e informação sobre o artigo e o decreto -, constatei através dos relatos, que nenhuma das oito pessoas entrevistadas havia sido informada ou comunicada sobre a existência dessas políticas públicas por parte da Prefeitura de Porto Alegre/RS. Quatro das oito pessoas entrevistadas responderam de forma sucinta e rápida que “não/nunca”. O homem negro jovem, afirmou: “não, por parte da prefeitura não”. A mulher trans entrevistada, que reside há mais de 35 anos na capital gaúcha, disse: “não, sinceramente não é do meu conhecimento”. O homem trans afirmou desconhecer o assunto: “não faço a mínima ideia”, acrescentando: “[...] esse monte de números para mim não significa nada, assim, realmente são coisas que eles não divulgam, não sai para fora”. Apenas um dos participantes, homem gay, militante do movimento LGBT, disse ter conhecimento sobre o assunto, mas destacou: “[...] fiquei sabendo pelo meu trabalho com movimentos sociais, não pela Prefeitura”. Assim, após analisar as respostas, constatei que, além de existirem poucas políticas públicas específicas para a população LGBT de Porto Alegre/RS, de um lado, elas não são executadas conforme a lei e, de outro, o público a que se destinam sequer sabe de sua existência ou, quando sabe, deve-se ao fato de estar diretamente envolvido com movimentos sociais.

A situação deixa evidente que a gestão municipal não está cumprindo seu dever constitucional de informar e promover o diálogo ou, se está, mostra-se ineficiente e

insuficiente. Os sujeitos entrevistados possuem idades entre 20 e 55 anos, níveis de escolaridades diferentes [ensino fundamental completo, superior incompleto e completo e titulação de mestre], falam de diferentes lugares, ocupam diferentes espaços, circulam por territórios diversos, inclusive, em movimentos sociais, e mesmo assim não possuem conhecimento sobre essas políticas específicas. Esse fato demonstra que as informações necessárias sobre as políticas, que são de responsabilidade do poder municipal de Porto Alegre/RS, não chegam até essas pessoas, corroborando com as reivindicações dos movimentos de luta que, há muito tempo, denunciam a invisibilização da população LGBT por parte dos órgãos públicos e de seus gestores.

Infiro aqui que todas elas se mostraram dispostas a dialogar com o poder público municipal sobre as suas vivências, sobre as pautas e necessidades da população LGBT de Porto Alegre/RS. Uma das entrevistadas, mulher lésbica negra, relatou ser importante a inserção das pautas das mulheres lésbicas: “[...] tem realmente essa diferença entre lésbica e gay, por que a gente é mulher e vocês são homens, então tem a presença do machismo”. O entrevistado gay negro destacou a necessidade de trabalhar sobre a pauta da população LGBT que vive em situação de rua: “[...] a nossa luta acaba sendo muito mais pelas pessoas que sofrem do que pelo nosso sofrimento, por pessoas que sofrem mais que a gente”. Já o outro homem gay apontou como assuntos importantes “a necessidade do Estado gerar dados sobre a discriminação da população LGBT, qualificar o quadro de servidores, investir em campanhas de conscientização e abrir menos espaços para as igrejas dentro do Estado”.

Considero importante poder evidenciar isso nesta pesquisa, pois demonstra que não falta interesse por parte das cidadãs e cidadãos, mas sim, que há falta de compromisso e dedicação por parte do poder público municipal de Porto Alegre/RS. Entendo, com base na revisão conceitual e nas falas das pessoas entrevistadas, que as premissas da comunicação pública auxiliam a fortalecer essas políticas públicas através da participação das cidadãs e dos cidadãos LGBTs, pois os governos que “asseguram a participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas tornam-se mais eficientes na medida em que estas políticas alcançam maior sustentabilidade política e legitimidade” (NOVELLI, 2006, p. 82).

Nesse sentido, importa retomar a fala de uma entrevistada lésbica que, após ter sido comunicada por mim sobre as existências do artigo e do decreto, disse: “[...] agora eu tenho a informação, sei aonde recorrer se eu sofrer algum preconceito em algum estabelecimento ou algo do tipo”. O entrevistado transexual relatou que conhece o trabalho da Coordenadoria da Diversidade Sexual e Gênero: “eu conheci algumas pessoas que trabalham lá, mas era muita falatória, muito eu faço isso eu faço aquilo, muita foto, mas serviço assim concreto, que fosse

uma política pública, não rolava”. Ele complementou alegando que o trabalho lá realizado “é uma coisa mais de assistência, assim, às vezes”, exemplificando: “alguém sofreu uma violência na rua, vamos levar essa pessoa até lá, na delegacia, fazer os registros, enfim. Mas não era uma coisa de política pública para população, era uma coisa mais paliativa no caso”.

Sobre a terceira categoria - percepções sobre a representatividade da população LGBT nas políticas públicas recortadas -, questionei as pessoas entrevistadas sobre a importância do artigo e do decreto em suas vidas. Todas as pessoas relataram não se sentirem representadas por essas políticas públicas, trazendo como críticas já terem vivenciado situações de violências e discriminações em estabelecimentos que possuem alvará de funcionamento da Prefeitura. Esse apontamento indica que há possibilidade de os/as proprietários/as desses estabelecimentos não estarem cientes dessas políticas, ou que não as cumprem. Ao versarem sobre as violências que sofreram ao longo de suas vidas, elas alegaram relatos de abuso, de violência, de espancamento e estupro corretivo, sendo que vários desses relatos aconteceram no município de Porto Alegre/RS. O entrevistado gay negro, enfatizando seu sentimento de não representatividade, afirmou: “a partir do momento que tiver alguma formação e informação, pode ser que a gente se sinta mais seguro”. O entrevistado transexual alegou não se sentir representado também, pois as políticas públicas mostram-se universalistas, ignorando violências específicas da população transexual: “[...] tem que se fazer um trabalho mais interseccional sabe, não ficar trabalhando só em cima de ser LGBT”.

Mello, Brito e Maroja (2012, p. 417), refletindo sobre políticas públicas para a população LGBT, jogam luz sobre o debate ao afirmar que “quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais, acabam ignorando demandas específicas de parcelas da população”. Outro entrevistado, homem gay, afirmou: “na verdade tu conta com a boa vontade das pessoas que são donas dos estabelecimentos” ou “talvez com o medo que eles têm de que seja divulgado na internet hoje em dia né, para que elas não sejam assim, expostas”. Ele relatou que já sofreu duas situações de discriminação em estabelecimentos que possuem alvará da Prefeitura, contando que atualmente evita frequentar estabelecimentos onde possa vir a sofrer preconceito: “acho que não entraria por que sei que se eu fosse discriminado nada aconteceria”. Entendo que essas vivências de preconceito e discriminação das pessoas entrevistadas, que as levam a não se sentirem representadas pelo artigo e pelo decreto, poderiam ser minimizadas e até evitadas se o GTLOS não estivesse desabilitado e, principalmente, se possuísse um trabalho efetivo, baseado na participação ativa e no protagonismo da população LGBT.

Dessa forma, é possível afirmar que a Prefeitura de Porto Alegre/RS não cumpriu com sua responsabilidade em relação à população LGBT do município. Infiro, a partir disso, que o poder público do município demonstra descaso e pouco interesse em fortalecer e incentivar políticas públicas para essa população. Com base nos relatos, então, compreendi os motivos que levaram as pessoas entrevistadas a relatarem que não se sentem representadas pelo Art. 150 da Lei Orgânica do Município e pelo Decreto Municipal de nº 14.962. Logo, aponto que, além de existirem poucas políticas públicas em Porto Alegre/RS para população LGBT, as pessoas entrevistadas não as conhecem e não as consideram representativas, fatos que complementam a observação sobre políticas públicas para esta população no Brasil, onde nunca se teve tanto e o que se tem é praticamente nada (MELLO; BRITTO; MAROJA, 2012).

### **Considerações finais: a luta pela possibilidade de um futuro digno.**

A respeito do estudo realizado, posso inferir que as premissas da comunicação pública não são levadas em conta na elaboração e disseminação das políticas públicas para a população LGBT de Porto Alegre/RS. Assim, com base na breve reflexão sobre comunicação pública e políticas públicas, associada à interpretação das falas das pessoas entrevistadas, afirmo que as premissas da comunicação pública não são respeitadas pela Prefeitura de Porto Alegre/RS no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas para a população LGBT. Nota-se que a gestão municipal não atinge nem a primeira categorização, informacional [governo→cidadão], dos fluxos comunicacionais propostos por Novelli (2006), quiçá atinge a dimensão dos fluxos de consulta [governo↔cidadão] e de participação ativa [governo↔cidadão], haja vista que não há diálogo e engajamento dos sujeitos LGBTs na formulação das políticas públicas. Essa ineficiência do poder público faz com que a população LGBT do município não se sinta representada por essas políticas públicas, seja por não as conhecerem ou por não se reconhecerem nelas.

Apesar de a pesquisa ter evidenciado o quão inócuas são as políticas públicas para a população LGBT de Porto Alegre/RS, seus resultados não invalidam seu potencial de transformação, apontado, inclusive, por algumas das pessoas entrevistadas, ao afirmarem que se tratam de políticas necessárias, desde que implementadas devidamente, com a participação ativa e contínua da população a que se destinam - reflexão também realizada de forma ampla nas referências teóricas que dão base a esta pesquisa. Isto posto, acredito ser possível inferir que se trata, antes, de ineficiência na gestão das políticas públicas que, ao que tudo indica, mal saíram do papel. Além disso, ao ouvir diferentes pessoas que compõem o grupo que

genericamente denomino “população LGBT de Porto Alegre/RS”, no qual me incluo, foi possível capturar o quão complexo é esse tecido, confeccionado com fios e tons dos mais diversos, tornando ainda mais imprescindível a participação de seus mais diferentes representantes na elaboração e implementação das políticas. Todas as pessoas entrevistadas relataram as diferentes faces do preconceito e da violência que permeiam suas vidas. Entendo que, com a conjuntura exposta, a gestão das políticas públicas da cidade de Porto Alegre/RS é mais uma forma de violência, quando deveria servir de suporte na configuração de sociedades mais justas e equitativas.

Em síntese, ao buscar atualizações recentes sobre as políticas públicas, não consegui localizar informações sobre elas no site da Prefeitura de Porto Alegre/RS. Por essa razão, entrei em contato com Gabriel Galli Arévalo, Jornalista e militante do movimento de luta na ONG Somos de Porto Alegre/RS, que confirmou o fato que o GTLOS continua desabilitado, contexto qual nos leva a entender que não há, atualmente, ações específicas e efetivas para a população LGBT do município. A situação da capital do Rio Grande do Sul evidencia, mais uma vez, que há um longo caminho a se percorrer, tanto na elaboração e implementação de políticas públicas para a população LGBT, quanto no que tange aos fluxos informacionais e comunicacionais de interesse público que, de acordo com as reflexões acerca da comunicação pública, são essenciais para as práticas da cidadania participativa e para o fortalecimento da democracia.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. In. DUARTE, Jorge (organizador). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: outubro de 2017.

DUARTE, Jorge (organizador). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Comunicação pública**. [S.l], 2007. Disponível em: <<http://jforni.jor.br/forni/files/Comp%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: agosto de 2017.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). Cadernos Temáticos: Psicologia e Diversidade Sexual. São Paulo: CRPSP, 2011. (Caderno Temático 11). Disponível em:



<[http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx)>.  
Acesso em: abril de 2018

GGB- Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de LGBT no Brasil:** Relatórios de 2017, 2018 e 2019. Bahia, 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>.  
Acesso em: abril de 2018 e julho de 2020.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em: abril de 2018.

MELLO, Luiz, FREITAS, Fátima, PEDROSA, Cláudio, BRITO, Walderes. **Para além de um kit anti-homofobia:** Políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. Bagoas, n° 7, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238/1672>>. Acesso em: setembro de 2017.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil:** notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu (39), julho-dezembro de 2012: 404-429. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>>. Acesso em: setembro de 2017.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. **O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança.** In: Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, v. 3, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10214>>. Acesso em: setembro de 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** / Djamila Ribeiro. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. **Pequeno manual antirracista** / Djamila Ribeiro. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT / Júlio Assis Simões, Regina Facchini. - São Paulo: Editora Fundação Percu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro).